

Brasil pede prorrogação para os créditos de curto prazo

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O governo brasileiro quer obter dos bancos credores a renovação, por mais noventa dias, a partir de 31 deste mês, do compromisso informal de rolagem das linhas de curto prazo, dentro dos projetos (C) e (D) do plano de refinanciamento da dívida externa brasileira.

São linhas de depósitos interbancários — no valor aproximado de US\$ 5 bilhões — e de financiamento ao comércio — no valor de cerca de US\$ 10 bilhões — que, pelo acordo provisório firmado no ano passado, venciam em 31 de março passado. Estas linhas foram objeto de negociação no dia 24 de março — ainda na gestão do ex-presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros — e, mesmo sem o aval do comitê assessor da dívida externa, ficou entendido que a renovação dos créditos se faria por mais sessenta dias, prazo que se expira no próximo dia 31.

"Estamos encaminhando um telex aos bancos credores, por meio do comitê,

pedindo prorrogação do prazo por mais noventa dias, tendo em vista que precisamos, primeiro, formular o nosso plano econômico, para depois podermos sentar de forma produtiva com os credores e propor um esquema de negociação", disse ontem o presidente do BC, Fernando Milliet.

O pedido constitui-se no primeiro comunicado formal que o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, encaminha ao comitê assessor da dívida externa desde que ingressou na equipe do governo. A retomada do processo de comunicações formais com os credores surge justamente um dia depois de o Citicorp, banco que preside o comitê de credores brasileiros, ter anunciado a decisão de aumentar suas reservas em US\$ 3 bilhões, ao longo deste segundo trimestre do ano, para fazer frente a perdas de empréstimos internacionais carregados em carteira.

Milliet de Oliveira não vê na posição do Citicorp — o maior credor brasileiro, com US\$ 4,4 bilhões aplicados no País — uma atitude de retaliação. "As informações que tenho são as de que o mercado de Nova York recebeu de forma muito positiva as medidas tomadas e o reconhecimento de que, se o problema é de solução mais longa, é mais apropriado o banco ter um volume de reservas maior", disse ele, lembrando que aquela foi uma decisão do Citicorp, o que não quer dizer, na sua opinião, que outros bancos venham a acompanhá-lo.

O governo brasileiro, aparentemente, deu-se por satisfeito com as explicações do presidente do Citibank do Brasil, Michael Kelland, que esteve com o ministro Bresser Pereira na terça-feira, para informar sobre a posição tomada pela instituição norte-americana. "O 'chairman' (principal executivo) veio às autoridades brasileiras para, espontaneamente, dizer que continuarão apoiando o Brasil e, inclusive, quando necessário, aportando dinheiro novo dentro de um esquema negociado."

O presidente do BC destacou que o Citicorp não fez uma provisão sobre os ativos brasileiros, mas sobre um portfólio "que ele chama de crédito soberano e que inclui vários países", e

BB evita "non accrual"

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Apesar de vencidos ontem os noventa dias de prazo que a legislação norte-americana dá para que sejam declarados como "non accrual" — não disponíveis — os juros que não tenham sido recebidos — (neste caso incluem-se os juros da dívida externa brasileira, suspensos para os bancos comerciais desde 20 de fevereiro) nenhuma providência precisou ser tomada ontem pelas agências do Banco do Brasil (BB) nas praças dos Estados Unidos.

O BB no exterior tem ativos, junto ao Brasil, provenientes de empréstimos de médio e longo prazo que concedeu a

tomadores brasileiros, basicamente empresas públicas, mas que se encontram no momento em agências localizadas em outros países, fora dos Estados Unidos. Por este motivo, apesar de não estar recebendo os juros daqueles empréstimos, o BB não precisou declarar os juros como "non accrual" junto às autoridades norte-americanas. Também em outros países providências semelhantes estão previstas, mas não em prazo tão curto como nos Estados Unidos, e a necessidade ou não de declarar os juros não recebidos como não disponíveis vai depender das regras de cada país onde o BB tem agência, dependendo de estar ou não carregando ativos brasileiros.

que não há razão para ter receios quanto a desdobramentos que venham a prejudicar o Brasil. "Eu tenho todos os motivos para acreditar que as declarações explícitas do representante do Citibank no Brasil são de que não se vão retirar do País, nem do risco Brasil", atestou Milliet, para quem não há também o que temer com relação a uma possível iniciativa do banco norte-americano no sentido de executar, na Justiça, a dívida brasileira.

O diretor da Área Externa do BC, Carlos Eduardo de Freitas, interpretou a posição do Citicorp como um sinal de reconhecimento de que a crise envolvendo os países devedores é estrutural e não financeira. "Foi o primeiro grande movimento que sinaliza para o fato de que a realidade é diferente da ficção", disse ele, acreditando até que, a partir da atitude do Citicorp, venha a ser aberto um espaço para que os países em desenvolvimento possam renegociar o estoque de suas dívidas com os credores.

Ao fazer uma provisão de reservas para cobrir a diferença entre o valor pelo qual o crédito foi concedido e o valor pelo qual os papéis representativos daquele crédito são negociados no mercado secundário, o banco norte-americano estaria admitindo que existe uma parte da dívida que é "incobrável". Os papéis da dívida brasi-

leira estão sendo negociados, no mercado internacional, com deságios entre 30 e 35%.

Freitas indicou também a necessidade de se buscar um parâmetro melhor que sirva de referencial à taxa de juros cobrada sobre os empréstimos tomados pelos devedores, já que, conforme lembrou, ganhos de "spread" — taxa de risco — obtidos por alguns países em negociações com os credores ficam praticamente perdidos na medida em que as taxas flutuantes — "libor" (juros praticados no mercado interbancário de Londres) e a "prime rate" (juros cobrados para clientes preferenciais nos Estados Unidos) — aumentam um ponto percentual.

O presidente do BC não recomenda que se faça qualquer relação entre o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos credores — "não tem nada a ver uma coisa com a outra" — e reafirmou que a vinda da missão de consulta do Fundo ao Brasil já estava programada desde janeiro, quando se acertou o acordo no Clube de Paris. Os técnicos do FMI vieram fazer coleta de dados e, antes de concluírem o relatório, "decidiram levar em conta o plano macroeconômico que está sendo elaborado" e isto é o que explica, conforme colocou, o retorno da equipe do FMI ao País dentro de três semanas.